



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE EDITAL

O Município de Pedra Bonita / MG, torna pública a abertura do **Pregão n° 0039/2017** na forma presencial, do **tipo menor preço por item para pregão com registro de preços**. Objeto: Contratação para futura e eventual aquisição de pneus novos (primeira vida) e câmara de ar para frota municipal, conforme anexo. Credenciamento: 21/11/2017 até às 12:15 horas. Abertura Oficial do Pregão: 21/11/2017 às 12:30 horas. Local: Rua Leopoldino de Almeida, 290, centro, CEP 35.364-000, Pedra Bonita/MG. Informações pelo telefone (31) 3872-9104 das 12:00 às 16:00 horas. Deivid Henrique Martins da Silva - Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017

PREGÃO Nº 0039/2017

EDITAL DE LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de pneus novos (primeira vida) e câmara de ar, para frota municipal.

• ENTREGA DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO” E “PROPOSTA COMERCIAL”:

DATA: até o dia 21/11/2017

HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO: até às 12h15min (doze e quinze minutos)

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação, com endereço à na Rua Leopoldino de Almeida, nº 290, bairro Centro, Pedra Bonita/MG.

• ABERTURA DOS ENVELOPES:

DATA: dia 21/11/2017

HORÁRIO: às 12h30min (doze e trinta minutos)

LOCAL: Sala da Comissão Permanente de Licitação, com endereço à na Rua Leopoldino de Almeida, nº 290, bairro Centro, Pedra Bonita/MG.

• CONSULTAS AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES E OU ESCLARECIMENTOS:

Sala da Comissão Permanente de Licitação, com endereço à na Rua Leopoldino de Almeida, nº 290, bairro Centro, Pedra Bonita/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0076/2017

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0039/2017

PREÂMBULO

O **Município de Pedra Bonita**, com sede administrativa na rua Leopoldino de Almeida, nº 290, bairro Centro, Pedra Bonita/MG, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ 01.640.429/0001-06, isenta de inscrição estadual, torna pública a abertura do **Processo Licitatório nº 0076/2017**, na modalidade **Pregão nº 0039/2017**, na forma presencial, do **tipo menor preço**, a ser apurado **POR ITEM**, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 050 de 19/12/2007, Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, Lei Complementar nº 123/2006 e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

Os trabalhos serão conduzidos pela servidor da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG, Deivid Henrique Martins da Silva, designado Pregoeiro, e integrarão a Equipe de Apoio os servidores, José Norberto da Silva e Alessandro Willian Pereira, designados pela Portaria n.º 0011/2017.

O credenciamento dos licitantes será no dia 21 de novembro de 2017 até às 12h15. A abertura oficial da sessão do pregão será no dia 21 de novembro de 2017 às 12h30min na Sala da Comissão Permanente de Licitação, estabelecida na sede administrativa do Município de Pedra Bonita, localizada na rua Leopoldino de Almeida, nº 290, bairro Centro, cidade de Pedra Bonita/MG.

I – OBJETO

1. Contratação para futura e eventual aquisição de pneus novos (primeira vida) e câmara de ar para frota municipal, conforme anexo.
2. Não serão admitidos produtos objeto de recapagem, recauchutagem e remoldagem;

II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Poderão participar desta licitação os interessados do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título VI deste instrumento convocatório.

- 1 - Não poderá participar da presente licitação empresa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

2.1. Esteja cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer Administração Pública, seja federal, estadual ou municipal;

2.2. Tenha sido declarada inidônea por qualquer Administração Pública, seja federal, estadual ou municipal;

2.3. Estejam sob regime de falência, concordata, dissolução ou liquidação;

2.4. Possuam proprietário titular de mandato eletivo no Município de Pedra Bonita;

2.5. Descumpra demais casos previstos em lei.

2 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

4 - As normas disciplinadoras da licitação na modalidade pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.

III – CREDENCIAMENTO

1 - Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira, devidamente munidos de original da carteira de identidade ou documento legal equivalente, acompanhado ainda de original ou cópia autenticada por esta Administração ou em cartório competente, de documento que o credencie a participar deste certame que poderá ser procuração por instrumento público ou particular através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante, além de declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, conforme modelo estabelecido no anexo IV.

2 - O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar original da carteira de identidade ou documento legal equivalente acompanhado de original ou cópia autenticada por esta Administração ou em cartório competente, do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, além de declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17.07.2002, conforme modelo estabelecido no anexo IV.

3 - O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo II e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

4 - Caso o licitante encaminhe a Proposta Comercial e a Documentação para Habilitação via postagem, a mesma será aceita e será considerado que o licitante cumpre plenamente os requisitos mencionados no Anexo IV.

5 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

6 - Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

7 - O representante legal da licitante que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "**Proposta**" ou "**Documentação**" relativos a este Pregão, nesse caso, a licitante ficará excluída da etapa de lances verbais e mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

8 - Somente o licitante que estiver devidamente credenciado poderá participar da fase de lances verbais, conforme item 3 do Título VII.

9- O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, caso tenha interesse em usufruir do tratamento favorecido estabelecido no art. 43 da lei citada, deverá comprovar sua condição de ME ou EPP, por meio de declaração, conforme modelo do Anexo VI ou documento registrado na Junta Comercial, devendo ser apresentado junto com o documento de credenciamento.

7.1 - O licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos, cível, administrativa e penalmente.

IV- APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL, DOCUMENTAÇÃO E HABILITAÇÃO

1 - Os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser entregues ao Pregoeiro na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

**AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017
PREGÃO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 0039/2017
“PROPOSTA COMERCIAL”
RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ**

**AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA/MG
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017
PREGÃO COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 0039/2017
“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ**

V - PROPOSTA COMERCIAL

1 – Proposta preenchida em formulário fornecido pelo Município de Pedra Bonita ou documento próprio da empresa com a indicação do respectivo nome e CNPJ, a qual contenha todos os dados do formulário fornecido pela Prefeitura, em via única, linguagem clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente assinadas por representante legal da empresa.

2 - O licitante poderá apresentar proposta comercial referente apenas ao(s) lote(s) que for(em) de seu interesse, contudo a proposta, obrigatoriamente, deverá conter os preços unitário e total de cada item, de seu interesse.

2.1 - Será desclassificada a proposta que não contemplar todos os itens do lote, se for o caso.

3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.

4 - O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado no seguinte endereço: Rua Leopoldino de Almeida, nº 290, bairro Centro, CEP nº. 35.364-000, cidade de Pedra Bonita – MG, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios;

5 - Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, sendo que o valor total de cada item deverá ser expresso com 2 (duas) casas decimais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

6 - A entrega do objeto deverá ser feita de forma fracionada, mediante a emissão da Ordem de Fornecimento ou Equivalente, expedido pelo setor de Compras do Município de Pedra Bonita – MG.

7- A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8- Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

9- Caso haja ausência de preenchimento por parte dos licitantes dos campos prazo de validade da proposta e prazo de entrega considerar-se-á como aceito pelo licitante as condições estabelecidas neste edital.

10- Observação: O licitante proponente deverá preencher a proposta através do Programa Gerador de Proposta, que será encaminhado para preenchimento, após cadastro de cada empresa. (sujeito a desclassificação)

11. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o de menor preço, do mesmo modo que prevalecerá o valor expresso por extenso sobre o valor numérico.

12. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias poderá ser solicitada prorrogação da validade das mesmas a todos os licitantes classificados, por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse desta Administração.

13. A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento dos licitantes quanto à respectiva proposta.

VI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a seguinte documentação em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente ou pela pregoeira ou por funcionário por ele indicado ou publicação em órgão de imprensa oficial:

1.1 – Registro Comercial (caso de empresa individual);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

1.2 – Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e sua última alteração, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.3 – Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

1.4 – Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

1.5 – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

1.6 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou documento expedido pelo Órgão Competente, que comprove a isenção;

1.7 – Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante do Anexo III;

1.8 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

1.9 – Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;

1.10 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

1.11 – Prova de regularidade relativa à seguridade social - Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, emitida pelo órgão competente;

1.12 – Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

1.13 - Prova de regularidade para com a justiça Trabalhista, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT;

1.14 - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

1.15 – Alvará de Licença de Funcionamento e Sanitário;

1.16 – Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração Pública, e que se compromete a comunicar ocorrência a de fatos supervenientes;

2 – A apresentação do CRC – Certificado de Registro Cadastral, emitido pela Prefeitura Municipal de Pedra Bonita, desde que esteja dentro do prazo de validade, substituirá os documentos concernentes relacionados nos itens 1.1 a 1.6 deste Título.

2.1 – No caso de não constar no Certificado de Registro Cadastral - CRC, a documentação concernente relacionada nos itens 1.1 a 1.6, deste Título, o licitante deverá complementar, no envelope de habilitação, a documentação exigida em original ou em cópia autenticada, sob pena de inabilitação a não observância desta exigência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

2.2 – O Pregoeiro poderá efetuar consulta a pasta de cadastro de fornecedores do Município de Pedra Bonita, para fins de aferição de dados omissos no Certificado Registro Cadastral – CRC, e ainda ao *site* dos órgãos responsáveis pela emissão das certidões relacionadas nos itens acima mencionados, para confirmação e autenticidade das certidões emitidas;

2.3 - Os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de abertura dos envelopes.

3 – Os documentos exigidos neste instrumento convocatório deverão ser apresentados **em original acompanhados das respectivas cópias legíveis para que se proceda a autenticação pela Pregoeira do Município de Pedra Bonita/MG ou por funcionário por ela determinado ou ainda autenticado por cartório competente**, com vigência plena até a data fixada para abertura do Pregão.

4 – A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título **inabilitará** o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 4.3 do Título VII.

5 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo os originais substituídos por cópias reprográficas autenticadas.

6- As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7- Caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8- A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9- O licitante fica ciente que a regularidade de que se trata os subitem, 1.11 deste título poderá ser comprovado por meio de Certidão Negativa de Débito Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, desde que a emissão da referida certidão tenha ocorrido a partir de 03 de novembro de 2014.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

VII – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas licitantes, e no horário determinado o Pregoeiro declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

2 - Classificação das Propostas Comerciais

2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

2.2 - O Pregoeiro classificará a proposta de menor preço por item e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para que seus autores devidamente credenciados participem dos lances verbais.

2.3 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subsequentes, até que se alcance o número máximo de 3 (três) propostas, para que seus autores credenciados participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

3 - Lances Verbais

3.1 - Aos licitantes classificados e devidamente credenciados, para participação na etapa de lances, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço aos demais e em ordem decrescente de valor.

3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio, para definir a ordem de apresentação dos lances.

3.3 - Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pelo Pregoeiro.

3.4 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

4 - Julgamento

4.1 - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

4.2 – Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.

4.2.1 – Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

4.2.2 – Em havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

4.3- Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

4.4- Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar com o proponente para que seja obtido melhor preço.

4.5 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

5 - Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, momento em que qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer da decisão nos termos do item 1, do Título VIII deste edital. Caso não haja manifestação da intenção de recorrer por parte de nenhum dos licitantes, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor.

6 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

7 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, o Pregoeiro devolverá aos licitantes, exceto aos vencedores, os envelopes “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

8 - O licitante vencedor do certame deverá encaminhar ao Pregoeiro, no endereço citado no preâmbulo deste edital, no prazo de até 02 (dois) dias úteis contados da data da sessão do Pregão, a Proposta Comercial conforme Anexo I – Modelo de Planilha/Proposta Comercial, AJUSTADA AO PREÇO FINAL, em uma via, datilografada ou processada em computador, com identificação da empresa licitante, CNPJ e assinada pelo seu representante legal ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

credenciado, devidamente identificado e qualificado, ou em modelo próprio em que constem todas as informações previstas no referido modelo. Caso o licitante não encaminhe a proposta ajustada aos novos preços, a mesma será feita pela Pregoeira.

8.1- Para efeito de ajuste do preço de cada item ao preço final vencedor do pregão, deverá ser aplicado preferencialmente o mesmo índice redutor do preço global apresentado inicialmente pelo licitante, ou seja:

Preço final do item = Preço global vencedor (oferta verbal de lance) X Preço proposto para o item (oferta escrita no Anexo I)
Preço global proposto (oferta escrita no Anexo I)

VIII – IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar **imediate e motivadamente** a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.

2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.

3 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4 - O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

IX – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

1 - A adjudicação do objeto licitado será feita por item, observado o disposto no presente processo licitatório.

2 - Inexistindo manifestação recursal o Pregoeiro adjudicará o objeto de cada item ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

3 - Ocorrendo a interposição de recursos, depois de decididos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

- 1- O setor Gerenciador, responsável pelo gerenciamento da ARP, bem como a fiscalização das contratações dele decorrentes, será a Município por meio da Secretaria Municipal de Administração.
- 2 – A ARP terá validade de 12 (doze) meses contado da data de assinatura, vedada, neste caso, sua prorrogação.
- 3 – A ARP não obriga o Município a celebrar contrato, podendo realizar licitação específica, para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.
- 4 - O Setor gerenciador avaliará o mercado constantemente, promovendo se necessário, as negociações ao ajustamento do preço e fará publicar, trimestralmente os preços registrados.
- 5 - Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, o setor gerenciador negociará com o fornecedor sua redução, caso contrario o signatário da ARP poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro do seu preço. Devendo anexar ao requerimento documentação comprobatória.
- 6 – O fornecedor, antes de ser convocado, poderá requerer ao setor gerenciador, por escrito, o cancelamento do registro, se o preço de mercado tornar-se superior ao registrado ou por outro motivo superveniente, devendo apresentar documentação comprobatória do fato alegado, ressalvada a possibilidade de reequilíbrio econômico financeiro;
- 7 - Não havendo êxito nas negociações, e não existindo mais preços registrados, o Município procederá à revogação da ARP, relativamente ao lote que restar frustrado.

DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 1 – O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previsto no Decreto Municipal nº 51/2007 e demais normas complementares.
- 2 – No âmbito do Sistema de Registro de Preços a homologação significa tão somente o registro dos preços ofertados.
- 3 – A existência de preços registrados não obriga a Administração a efetivar as contratações que dele poderão advir, ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa a licitações, sendo assegurado ao Detentor do Registro a preferência em iguais condições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

3.1 – O exercício da preferência previsto acima dar-se-á, caso a Administração opte por realizar a contratação através de licitação específica, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o Detentor do Registro de Preços terá assegurado seu direito a contratação.

4 – É vedado à aquisição de produtos constantes do Anexo I, por valor superior ao obtido do Detentor do Registro de Preços.

5 – Uma vez registrado os preços, a Administração poderá convocar o Detentor do Registro a fornecer os produtos na forma e condições fixadas no presente edital.

6 – Encerrado o processo licitatório para Registro de Preços, será assinado o documento de vínculo obrigacional denominado Ata de Registro de Preços.

7 – As autorizações procederão da seguinte forma:

7.1 – A Secretaria interessada na aquisição dos produtos encaminhará requisição ao Departamento de Controle Interno que verificará entre outros a disponibilidade orçamentária e financeira e posteriormente submeterá a aprovação do Prefeito Municipal para que se manifeste a respeito de tal aquisição.

7.2 – Uma vez aprovada pelo Prefeito Municipal será encaminhado a Ordem de Fornecimento ao licitante detentor do Preço Registrado e concomitantemente será solicitado a Contabilidade Municipal para que proceda a devida Nota de Empenho.

7.3 – Cada Nota de Empenho será considerada como parte integrante do presente Processo Licitatório.

DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

1 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, obedecidas as disposições contidas no art. 65, da Lei nº. 8.666 de 1993, ou em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fatos que eleve o custo dos bens registrados, devidamente comprovados, cabe ao Município promover as necessárias negociações junto aos fornecedores

2 – Mesmo comprovada a ocorrência de alguma das situações no art. 65, da Lei nº. 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro procedimento licitatório.

3 - Os preços poderão sofrer atualizações/reajustes/repactuações com vistas ao equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO PROPONENTE

1 – O Proponente terá sua Ata de Registro de Preços, parcial ou totalmente, cancelada por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

1.1– A pedido quando:

- a) comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) os eu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível o em função da elevação dos preços de mercado, dos insumos que compõem o custo das aquisições ou contratações, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento.

14.1.2 – Por iniciativa do Município quando:

- a) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àquele praticados no mercado;
- b) perder qualquer condição de habilitação técnica exigida no processo licitatório;
- c) por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- d) não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- e) não responder a convocação ou se recusar a entregar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da ata de Registro de Preços e
- f) não atender as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

14.1.3– Automaticamente quando:

- a) por decurso do prazo de vigência e
- b) quando não restarem fornecedores registrados.

X – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

1 - O setor competente para receber os materiais que constituem objeto desta licitação serão as Secretarias Municipais requisitantes.

2 - A entrega do objeto deverá ser efetuada no prazo de **05 (cinco) dias**, a partir da Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor de Compras do Município de Pedra Bonita – MG, em suas embalagens originais de fábrica (conforme o caso), não podendo estarem violadas, constando inclusive a identificação do fabricante, especificações técnicas e termos de garantia da mercadoria, tudo de acordo com o Código de Defesa do Consumidor – Lei n.º 8.078, datada de 11/09/1990.

2.1 - O licitante deverá responsabilizar-se pela qualidade dos produtos devendo substituí-los imediatamente em caso de imperfeições.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

3 - O material deverá ser entregue no seguinte endereço: rua Leopoldino de Almeida, nº 290, bairro Centro, CEP 35.364-000, cidade de Pedra Bonita – MG.

1 - No caso de defeitos ou imperfeições nos produtos, os mesmos serão recusados, cabendo à contratada substituí-los, no prazo a ser determinado pela administração, sob pena de aplicação das penalidades e sanções previstas neste instrumento convocatório.

XI- PAGAMENTO

1 - A dotação orçamentária para o exercício em vigor, destinadas aos pagamentos do objeto licitado estão previstas e indicadas no processo, pela área competente da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita / MG, sob a rubrica: Maria Aparecida Coelho Salgado Barbosa.

02.01.04.122.0001.0089.339030- ficha-35
02.01.06.181.0001.2049.33.90.30 – Ficha – 40
02.01.06.181.0001.2.078.33.90.30 – Ficha - 45
02.03.26.782.0016.1018.33.90.30 - Ficha-181
02.06.01.12.361.0008.2007.33.90.30-ficha-283
02.06.03.12.361.0008.2013.33.90.30-ficha-328
02.06.04.12.361.0008.2059.33.90.30-ficha-361
02.08.01.10.301.0013.2074.33.90.30-ficha-416
02.08.01.10.301.0013.2074.33.90.30-ficha-418
02.08.02.10.305.0012.2055.33.90.30-ficha-512

2 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Prefeitura Municipal de Pedra Bonita / MG, por processo legal, após a apresentação dos documentos fiscais devidos, no prazo de até 30 (trinta) dias, a partir da entrega dos respectivos produtos.

2.1– Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

3 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

XII – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1 - O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

2.1 - 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia, até o 30^o (trigésimo) dia de atraso na entrega dos produtos;

2.2 - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual;

2.3- 25% (vinte cinco por cento) sobre o valor do contrato, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, ao Município de Pedra Bonita, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

4 - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

1 - A licitante e/ou contratada que, por qualquer forma, não cumprirem as normas de licitação e/ou dos contratos celebrados estão sujeitas às seguintes sanções, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

1.1 – Atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à:

I – Multa no percentual de 5% (cinco por cento) aplicado sobre o valor global do objeto contratado.

A multa a que alude este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas neste edital e na Lei nº. 8.666/93.

1.1.1. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado, se houver.

1.1.2. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

2 – Inexecução, total ou parcial do contrato, sujeitará o contratado à:

I – advertência;

II – multa no percentual de 10% (dez por cento) aplicado sobre o valor global do objeto contratado;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

2. 2.1 – Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, se houver, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

2.2.2 – As sanções previstas no item 2 são aplicadas alternativamente e, de acordo com a gravidade do caso, salvo a sanção por multa, que será aplicada cumulativamente as outras.

2.2.3 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, ao Município de Pedra Bonita, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

XIII – DAS IMPUGNAÇÕES AO EDITAL

1 – Até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

Até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes da proposta, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão. Decairá do direito de pedir providências ou impugnar o ato convocatório o licitante que não fizer até o 2º (segundo) dias útil que anteceder a abertura dos envelopes da proposta.

1.1 As petições deverão ser protocolizadas junto a sede administrativa do Município de Pedra Bonita – MG, sito na Rua Leopoldino de Almeida, nº. 290, bairro Centro, cidade de Pedra Bonita – MG, no horário de 12h às 16h, de segunda à sexta-feira, dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 3 (três) dias úteis.

1.1 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame;

1.2 Nos eventuais atos de impugnações, o interessado deverá obedecer o procedimento abaixo:

1.3.1. somente serão válidos os documentos originais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

1.3.2. quando encaminhados via FAX ou outro meio eletrônico, esses documentos serão válidos por até 24 (vinte e quatro) horas, tempo em que o interessado deverá protocolar os documentos originais junto ao Município, mais precisamente a autoridade subscritora do Edital;

1.3.3. não protocolado na forma definida acima, o Pregoeiro não apreciará o teor dos citados documentos.

XIV – DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

1.1 - **Anexo I** - Termo de referencia;

1.2 - **Anexo II** – Formulário para preenchimento e apresentação da proposta comercial;

1.3 - **Anexo III** - Modelo de Carta de Credenciamento;

1.4 - **Anexo IV** - Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e ainda Declaração de que inexistem fatos impeditivos da ocorrência de sua habilitação;

1.5 - **Anexo V** – Modelo de Declaração em cumprimento ao art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/02/2002;

1.6 - **Anexo VI** – Minuta da Ata;

1.7 - **Anexo VII** – Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte (hipótese de ser uma “ME” ou “EPP”).

2 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

3 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no presente Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

4 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o Pregoeiro poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

6 - O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá adotar medidas saneadoras durante a tramitação do certame e em especial na Sessão do Pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto às licitantes, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

7 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

8 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na Imprensa Oficial do Município para conhecimento dos participantes da licitação.

9 - O Município poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

10 - Para atender a seus interesses, o Município reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal n.º 8.666/93.

11 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na sala da Comissão Permanente de Licitações, no horário de 12h00min às 16h00min, no endereço indicado no preâmbulo.

12 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do telefone (31) 3872-9104 ou no endereço citado no preâmbulo.

13 - Fica eleito o foro da Comarca de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Pedra Bonita/ MG, 02 de outubro de 2017.

Deivid Henrique Martins da Silva
Pregoeiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA
CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

José Norberto da Silva
Membro

Alessandro Willian Pereira
membro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PREGÃO PRESENCIAL Nº0076/2017 PROCESSO Nº0039/2017

OBJETO: contratação para futura e eventual aquisição de pneus novos (primeira vida) e câmara de ar para frota municipal, conforme anexo.

JUSTIFICATIVA: A presente licitação se dá, a fim de atender as requisições das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita.

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PLACA	VALOR UNITARIO ESTIMADO.	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	48	UNID	PNEUS MICROONIBUS 275/80/R22,5	OQO-9200, OQP-1502, OPW-6031, OPW-6042	R\$ 1.803,33	R\$ 86.559,84
02	48	UNID	PNEUS MICROONIBUS 215/75/R17,5	OQM-8713, HLF-1943, HLF-1944	R\$ 980,00	R\$ 47.040,00
03	48	UNID	PNEUS MICROONIBUS 7,50/16 (AS 22)	OQX-5276, OWP-8305	R\$ 620,53	R\$29.785,44
04	20	UNID	PNEUS AUTOMOVEL 175/65/14	PWD-9114	R\$ 324,66	R\$ 6.493,20
05	20	UNID	CÂMARAS DE AR 7,50/16	OQX-5276, OWP-8305	R\$ 82,50	R\$1.650,00
06	20	UNID	PROTETOR 7,50/16	OQX-5276, OWP-8305	R\$ 34,66	R\$693,20



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

TOTAL	R\$172.2221,68
--------------	-----------------------

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PLACA	VALOR UNITARIO ESTIMADO.	VALOR TOTAL ESTIMADO
07	12	UNID	PNEUS MINIBUS 205/70/15	HLF-9273	R\$ 630,00	R\$ 7.560,00
08	20	UNID	PNEUS MINIBUS 205/75/16	PXJ-7245	R\$ 708,66	R\$ 14.173,20
09	48	UNID	PNEUS AUTOMOVEL 175/65/14	PUB-0631- OPQ-9944 FIAT MOBI	R\$ 324,66	R\$15.583,68
10	30	UNID	PNEUS AUTOMOVEL 175/70/14	NXX-0907/ OPQ-9338	R\$ 369,00	R\$11.070,00
11	120	UNID	PNEUS AUTOMOVEL 175/70/13	8 PALIOS/ 02 UNO	R\$244,66	R\$29.359,20
12	3	UNID	PNEUS MOTOCICLETA 2.75/18	GYU-8729	R\$113,00	R\$339,00
13	3	UNID	PNEUS MOTOCICLETA 90/91.18	GYU-8729	R\$ 116,66	R\$349,98
14	3	UNID	PNEUS MOTOCICLETA 100/80/17MC	OPF-9897	R\$ 209,00	R\$627,00
15	3	UNID	PNEUS MOTOCICLETA 110/80/17MC	OPF-9897	R\$ 243,66	R\$730,98
16	3	UNID	CAMARA MOTOCICLETA 2.75/18	GYU-8729	R\$31,50	R\$94,50
17	3	UNID	CAMARA MOTOCICLETA 90/91.18	GYU-8729	R\$33.16	R\$99.48
18	3	UNID	CAMARA MOTOCICLETA 100/80/17MC	OPF-9897	R\$39,00	R\$117,00
19	3	UNID	CAMARA MOTOCICLETA 110/80/17MC	OPF-9897	R 39,00	R\$117,00
TOTAL						R\$ 80.221,02

SECRETARIA DE OBRAS

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MAQUINAS	VALOR UNITARIO ESTIMADO.	VALOR TOTAL ESTIMADO
20	15	UNID	PNEU 14.00.24 Friso PN14	PATROL CATERPILLAR	R\$ 3.180,00	R\$ 47.700,00
21	12	UNID	CÂMARAS 14.00.24	PATROL	R\$ 269,41	R\$ 3.232,92
22	15	UNID	PNEU 14.00.24 Friso PN14	PATROL CASE	R\$ 3.180,00	R\$ 47.700,00
23	4	UNID	PNEUS 12.5/80-18 DIANTEIRO	RETRO ESCAVADEIRA JCB	R\$ 1.760,66	R\$ 7.042,64
24	3	UNID	CÂMARAS TRASEIRAS 12.5/80	RETRO	R\$ 159,50	R\$ 478,50
25	4	UNID	PNEUS 17.5/25 TRASEIRO 12 LONA	RETRO ESCAVADEIRA JCB	R\$ 4.917,66	R\$ 19.670,64



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

26	3	UNID	CÂMARAS DIANTEIRAS 17.5/25	RETRO ESCAVADEIRA JCB	R\$ 326,33	R\$ 978,99
27	4	UNID	PNEU 12.4.24 DIANTEIRO	TRATOR	R\$ 1.709,00	R\$ 6.836,00
28	3	UNID	CÂMARAS TRASEIRAS 12.4/24	TRATOR	R\$ 184,00	R\$ 552,00
29	4	UNID	PNEU 18.4.30 TRASEIRO	TRATOR	R\$ 3.153,00	R\$ 12.612,00
30	3	UNID	CÂMARAS DIANTERIAS 18.4/30	TRATOR	R\$ 319,66	R\$ 958,98
31	06	UNID	PNEU FG 85 / 10.00 R 20 DIANTERIO	PUC-0496 TRAÇADO	R\$ 2.044,33	R\$ 12.265,98
32	24	UNID	PNEU TG 85 / 10.00 R 20 TRASEIRO	PUC-0496 TRAÇADO	R\$ 2.091,66	R\$ 50.199,84
33	10	UNID	CÂMERAS 1000/20 R 20	PUC-0496 TRAÇADO	R\$ 131,00	R\$ 1.310,00
34	10	UNID	PROTETOR R 20	PUC-0496 TRAÇADO	R\$ 58,00	R\$ 580,00
35	06	UNID	PNEU FR 85 / 275/ 80 R 22,5 DIANTERIO	ORC-8521	R\$ 2.137,66	R\$ 12.825,96
36	12	UNID	PNEU TR 85 / 275/ 80 R 22,5 TRASEIRO	ORC-8521	R\$ 2.173,66	R\$ 26.083,92
37	10	UNID	PNEU 750/16	CARROCINHA LIXO/ TANQUE PIPA	R\$ 589,86	R\$ 5.898,60
TOTAL					R\$ 256.926,97	

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	QTD	UNI D	DESCRIÇÃO	PLACA	VALOR UNITARIO ESTIMADO.	VALOR TOTAL ESTIMADO
38	20	UNI D	PNEUS 265/70 R16	PWI-4545	R\$ 887,33	R\$ 17.746,60
39	8	UNI D	PNEU 235/75 R15	HMH- 5885 RANGER VIATURA 16583	R\$ 691,00	R\$ 5.528,00
40	8	UNI D	PNEU 205/70 R15	OPQ-9963 PALIO WEEKEND ADVENTURE VIATURA 20770	R\$ 608,33	R\$ 4.866,64
TOTAL					R\$28.141,24	
VALOR TOTAL					R\$ 537.510,91	

Fiscalização: A fiscalização do fornecimento será exercida por servidor do Departamento de Transportes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Forma de Pagamento: O pagamento poderá ser efetuado através da Prefeitura Municipal, em até 30(trinta) dias do mês subsequente, a da data da aceitação dos itens entregues e acompanhados dos documentos fiscais e planilha de execução, assinada pelo Departamento requisitante, desta administração.

Local de Entrega: Rua Leopoldino de Almeida, nº290, Centro – Pedra Bonita/MG – Departamento de Transporte de Pedra Bonita.

Prazo de Entrega: A entrega deverá ser feita em até 05(cinco) dias a partir da solicitação do departamento de Compras, desta administração, que poderá estabelecer que o fornecimento se dê de forma parcelada, conforme suas necessidades, mantidas as mesmas condições e preços adjudicados.

Obrigações do (a) Contratado (a):

- a)- entregar e os materiais no local determinado e de acordo com os prazos estabelecidos neste anexo, contados a partir da solicitação do Departamento de Compras, da administração;
- b)- fornecer juntamente com a entrega do bem toda a sua documentação fiscal;
- c)- responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- d)- manter, durante toda a execução do fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a cada fatura emitida sua regularidade junto ao INSS e FGTS;
- e)- Os produtos que não se enquadrarem nas especificações serão devolvidos à empresa, ficando esta obrigada a substituí-los por produtos adequados, em conformidade com as especificações;
- f) responder civilmente perante o município e terceiros, por danos causados por defeitos de fabricação do produto e pelos decorrentes direta e indiretamente do fornecimento de peças e acessórios contratados.
- g) Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Nacional nº. 8.666/1993.

Obrigações da Administração:

- a)- comunicar imediatamente à CONTRATADA as irregularidades manifestadas na execução do fornecimento, por escrito;
- b) - promover o recebimento nos prazos fixados;
- c) - fiscalizar a execução do fornecimento, informando ao CONTRATADA para fins de supervisão;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

d) - assegurar ao pessoal da CONTRATADA o livre acesso às instalações para a plena execução do fornecimento;

e) - efetuar o pagamento no prazo contratado;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.0076/2017/PREGÃO Nº.0039/2017
ANEXO II – FORMULARIO PARA PREENCHIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA
COMERCIAL.

Observação: O licitante proponente deverá preencher a proposta através do Programa Gerador de Proposta, que será encaminhado para preenchimento, após cadastro de cada empresa. (sujeito a desclassificação)

A empresa _____ com sede à (Rua / Av.) _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____ inscrita no CNPJ _____, Inscrição Estadual N° _____, telefone _____, FAX _____, pela presente propõe os preços e condições de execução a seguir, de acordo com as exigências do Edital respectivo:

VEÍCULOS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PLACA	MARCA	VALOR UNIT.	TOTAL
01	48	UNID	PNEUS MICROONIBUS 275/80/R22,5	OQO-9200, OQP-1502, OPW-6031,OPW-6042			R\$
02	48	UNID	PNEUS MICROONIBUS 215/75/R17,5	OQM-8713, HLF-1943, HLF-1944			R\$
03	48	UNID	PNEUS MICROONIBUS 7,50/16 (AS 22)	OQX-5276, OWP-8305			R\$
04	20	UNID	PNEUS AUTOMOVEL 175/65/14	PWD-9114			R\$
05	20	UNID	CÂMARAS DE AR 7,50/16	OQX-5276, OWP-8305			R\$
06	20	UNID	PROTETOR 7,50/16	OQX-5276, OWP-8305			R\$
TOTAL						R\$	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

VEÍCULOS, SECRETARIA DE SAÚDE

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PLACA	MARCA	VALOR UNIT.	TOTAL
07	12	UNID	PNEUS MINIBUS 205/70/15	HLF-9273			R\$
08	20	UNID	PNEUS MINIBUS 205/75/16	PXJ-7245			R\$
09	48	UNID	PNEUS AUTOMOVEL 175/65/14	PUB-0631- OPQ- 9944 FIAT MOBI			R\$
10	30	UNID	PNEUS AUTOMOVEL 175/70/14	NXX-0907/ OPQ- 9338			R\$
11	120	UNID	PNEUS AUTOMOVEL 175/70/13	8 PALIOS/ 02 UNO			R\$
12	3	UNID	PNEUS MOTOCICLETA 2.75/18	GYU-8729			R\$
13	3	UNID	PNEUS MOTOCICLETA 90/91.18	GYU-8729			R\$
14	3	UNID	PNEUS MOTOCICLETA 100/80/17MC	OPF-9897			R\$
15	3	UNID	PNEUS MOTOCICLETA 110/80/17MC	OPF-9897			R\$
16	3	UNID	CAMARA MOTOCICLETA 2.75/18	GYU-8729			R\$
17	3	UNID	CAMARA MOTOCICLETA 90/91.18	GYU-8729			R\$
18	3	UNID	CAMARA MOTOCICLETA 100/80/17MC	OPF-9897			R\$
19	3	UNID	CAMARA MOTOCICLETA 110/80/17MC	OPF-9897			R\$
TOTAL						R\$ -	

SECRETARIA DE OBRAS

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	MAQUINAS	MARCA	V. UNIT.	VALOR TOTAL
20	15	UNID	PNEU 14.00.24 Friso PN14	PATROL CATERPILLAR		R\$	
21	12	UNID	CÂMARAS 14.00.24	PATROL		R\$	
22	15	UNID	PNEU 14.00.24 Friso PN14	PATROL CASE		R\$	
23	4	UNID	PNEUS 12.5/80-18 DIANTEIRO	RETRO ESCAVADEIRA JCB		R\$	
24	3	UNID	CÂMARAS TRASEIRAS 12.5/80	RETRO		R\$	
25	4	UNID	PNEUS 17.5/25 TRASEIRO 12 LONA	RETRO ESCAVADEIRA JCB		R\$	
26	3	UNID	CÂMARAS DIANTEIRAS 17.5/25	RETRO ESCAVADEIRA JCB		R\$	



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

27	4	UNID	PNEU 12.4.24 DIANTEIRO	TRATOR		R\$	
28	3	UNID	CÂMARAS TRASEIRAS 12.4/24	TRATOR		R\$	
29	4	UNID	PNEU 18.4.30 TRASEIRO	TRATOR		R\$	
30	3	UNID	CÂMARAS DIANTERIAS 18.4/30	TRATOR		R\$	
31	06	UNID	PNEU FG 85 / 10.00 R 20 DIANTERIO	PUC-0496 TRAÇADO		R\$	
32	24	UNID	PNEU TG 85 / 10.00 R 20 TRASEIRO	PUC-0496 TRAÇADO		R\$	
33	10	UNID	CÂMERAS 1000/20 R 20	PUC-0496 TRAÇADO		R\$	
34	10	UNID	PROTETOR R 20	PUC-0496 TRAÇADO		R\$	
35	06	UNID	PNEU FR 85 / 275/ 80 R 22,5 DIANTERIO	ORC-8521		R\$	
36	12	UNID	PNEU TR 85 / 275/ 80 R 22,5 TRASEIRO	ORC-8521		R\$	
37	10	UNID	PNEU 750/16	CARROCINHA LIXO/ TANQUE PIPA		R\$	
TOTAL							

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	PLACA	MARCA	VALOR UNIT.	TOTAL
38	20	UNID	PNEUS 265/70 R16	PWI-4545			R\$
39	8	UNID	PNEU 235/75 R15	HMH- 5885 RANGER VIATURA 16583			R\$
40	8	UNID	PNEU 205/70 R15	OPQ-9963 PALIO WEEKEND ADVENTURE VIATURA 20770			R\$
TOTAL						R\$	

Local e Data:

Validade da Proposta: ____ (MÍNIMO: 60 DIAS, CONTADOS DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA).

Prazo de Entrega: ____ (MÁXIMO: 05 DIAS APÓS ORDEM DE FORNECIMENTO).

Assinatura do Representante Legal/Carimbo da empresa
RAZÃO SOCIAL/CNPJ DA EMPRESA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017 / PREGÃO Nº 0039/2017

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade n.º _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório realizado pela Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG, acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

_____, ____ de _____ de 2017.

Assinatura

Nome do Representante Legal
Qualificação

Obs.:

1) Deverá estar indicado o nome do Representante Legal e utilizar preferencialmente o carimbo padronizado da empresa;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA
CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017 / PREGÃO Nº 0039/2017

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ nº
....., **DECLARA, sob as penas da Lei em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

* Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____, de _____ de 2017

Assinatura

Nome do Representante Legal
Qualificação

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017 / PREGÃO Nº 0039/2017

DECLARAÇÃO

_____ inscrita no CNPJ Nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, cumprindo, portanto plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO estabelecidos no presente processo licitatório, e que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração Pública, e que se compromete a comunicar ocorrência a de fatos supervenientes

_____, _____, de _____ de 2017.

Assinatura

Nome do Representante Legal
Qualificação



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VI MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos < inserir o dia por extenso > dias do mês de < inserir o mês por extenso > de 2017, o < inserir o nome do órgão/entidade por extenso >, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na < inserir endereço >, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. < inserir o nome por extenso >, brasileiro, devidamente inscrito no CPF sob o nº. < inserir o CPF >, e RG nº. < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado na < inserir o Município e a UF >, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos das disposições legais aplicáveis e do disposto no **Edital do Pregão (Presencial) nº. 0076/2017**, que originou esta Ata, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas, e transcurso o prazo para interposição de recursos, resolve registrar os preços da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), por lote, a seguir denominadas simplesmente FORNECEDORES, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

Item - 1º Fornecedor: A empresa < inserir o nome do Fornecedor >, estabelecida à < inserir o endereço completo do Fornecedor >, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº < inserir o CNPJ do Fornecedor >, neste ato representada pelo seu < inserir o cargo ou função >, Sr.(a) < inserir o nome completo >, < inserir a nacionalidade >, < inserir o estado civil >, < inserir a profissão >, devidamente inscrito(a) no CPF sob o nº. < inserir o CPF >, e RG sob o nº. < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado em < inserir o Município e a UF >.

Item - 2º Fornecedor: A empresa < inserir o nome do Fornecedor >, estabelecida à < inserir o endereço completo do Fornecedor >, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº < inserir o CNPJ do Fornecedor >, neste ato representada pelo seu < inserir o cargo ou função >, Sr.(a) < inserir o nome completo >, < inserir a nacionalidade >, < inserir o estado civil >, < inserir a profissão >, devidamente inscrito(a) no CPF sob o nº. < inserir o CPF >, e do RG sob nº. < inserir o Documento de Identificação >, residente e domiciliado em < inserir o Município e a UF >.

Cláusula Primeira – DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta Ata o Registro de Preços para contratação para futura e eventual aquisição de pneus novos (primeira vida) e câmara de ar para frota municipal, conforme anexo, que originou o registro, parte integrante e inseparável deste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Cláusula Segunda – DOS DESCONTOS REGISTRADOS

2.1 - Os quantitativos e os menores preços ofertados registrados por item do objeto encontram-se relacionados na planilha em anexo:

2.2 - Este instrumento não obriga o Município de Pedra Bonita – MG a adquirir os produtos, nem firmar contratações, podendo realizar pedidos de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário deste registro terá preferência.

Cláusula Terceira – DA VIGÊNCIA

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços **terá a vigência de 12 (doze) meses**, contada a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da legislação vigente.

Cláusula Quarta – DA ENTIDADE PARTICIPANTE

4.1 - A entidade participante deste Registro de Preços é o Município de Pedra Bonita –MG.

4.2 - Os órgãos e entidades que não participaram inicialmente deste registro de preços, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR**, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

4.2.1 - Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento adicional, independentemente dos quantitativos aqui registrados, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas nesta Ata.

Cláusula Quinta – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 – O Município de Pedra Bonita – MG não está obrigado a adquirir uma quantidade mínima dos itens licitados, ficando ao seu exclusivo critério a definição da quantidade e do momento da aquisição.

5.2 - O fornecedor ficará obrigado a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.3 - Após o 30º (trigésimo) dia de inadimplência na entrega, o Contratante terá direito de recusar o objeto contratado, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando ao Fornecedor a perda de interesse no fornecimento, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

5.4 - Durante todo o período de validade desta Ata, o fornecimento deverá atender às condições especificadas nesta Ata, nas cláusulas do Edital do Pregão (Presencial) nº. 003/2015 e no Anexo I do referido Edital.

Cláusula Sexta – DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

6.1 - O prazo de entrega, contado a partir do recebimento pelo fornecedor da autorização de fornecimento, será de **5 (cinco) dias**, para quaisquer quantidades solicitadas.

6.2 - Local de entrega: Os produtos deverão ser entregues na Prefeitura Municipal de Pedra Bonita – MG, localizada na rua Leopoldino de Almeida, nº. 290, bairro Centro, cidade de Pedra Bonita – MG.

Cláusula Sétima – DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

7.1 - Os produtos, objeto desta Ata, serão recebidos pelo Município de Pedra Bonita – MG, conforme forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.2 – O Município de Pedra Bonita – MG acompanhará a qualidade dos produtos adquiridos e as especificações em conformidade com o Anexo I do Edital, devendo notificar ao Órgão Gerenciador qualquer ocorrência de irregularidade.

7.3 – O produto, mesmo entregue e aceito, fica sujeito à substituição, desde que comprovada a pré-existência de defeitos, má-fé do fornecedor ou condições inadequadas de transporte, bem como alterações da estabilidade dentro do prazo de validade que comprometam a integridade do objeto licitado.

Cláusula Oitava – DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado pela Tesouraria do Município de Pedra Bonita – MG, por processo legal, após a comprovação do fornecimento, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, em 30 (trinta) dias corridos após apresentação da Nota Fiscal.

8.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

Cláusula Nona – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1 - Compete ao ÓRGÃO GERENCIADOR:

9.1.1 - Gerenciar a presente Ata, devendo, para tal, nomear um gestor para acompanhamento dos fornecimentos realizados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

9.1.2 - Avaliar o mercado constantemente de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

9.1.3 - Promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente eventuais alterações nos preços registrados;

9.1.4 - Cuidar para que, durante a vigência da presente Ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas da licitante na licitação, bem como o cumprimento das obrigações assumidas;

9.1.5 - Notificar o FORNECEDOR de qualquer irregularidade ocorrida no fornecimento.

9.1.6 - Efetuar o pagamento referente ao objeto a ser contratado nos termos da Cláusula Oitava da presente Ata;

9.1.7 – Aplicar as sanções relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, para acompanhamento da avaliação de desempenho do fornecedor.

9.2 - COMPETE AO FORNECEDOR DETENTOR DO PREÇO REGISTRADO:

9.2.1 - Fornecer durante 12 (doze) meses o objeto desta Ata, a contar da publicação do extrato da mesma no Diário Oficial, na forma e condições aqui fixadas, mediante requisição do Município de Pedra Bonita – MG, devidamente assinada pela autoridade responsável, em conformidade com o Edital e demais informações constantes do Pregão (Presencial) n°. 0039/2017;

9.2.2 - Entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata;

9.2.3 - Entregar os produtos nos locais indicados pelo Município de Pedra Bonita, observado o disposto na Cláusula Sexta;

9.2.4 - Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

9.2.5 - Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para o Município de Pedra Bonita, os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

9.2.6 - Cumprir durante toda a execução da Ata de Registro de Preços as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como apresentar, a cada fatura, comprovação de regularidade perante a Seguridade Social (FGTS e INSS);



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

9.2.7 - Apresentar, durante todo o prazo de vigência desta Ata, à medida que forem vencendo os prazos de validade da documentação apresentada, novos documentos que comprovem as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como os que comprovem o cumprimento das obrigações assumidas;

9.2.8 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os fornecimentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

9.2.9 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Município de Pedra Bonita, referentes à forma de fornecimento dos produtos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas nesta Ata;

9.2.10 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, cujas exigências se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao mesmo, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do fornecimento e da garantia;

9.2.11 - Comunicar imediatamente ao ÓRGÃO GERENCIADOR qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras necessárias para recebimento de correspondência;

Cláusula Décima - DA ADESÃO DO CARONA:

10.1 - Qualquer órgão ou entidade da Administração Pública não-participante do certame licitatório poderá utilizar a Ata, durante sua vigência, desde que:

10.1.1 - comprove nos autos a vantagem da adesão;

10.1.2 - consulte previamente o órgão gerenciador; e

10.1.3 - observe a quantidade licitada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, para que não ocorra fracionamento.

10.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da ARP, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela

Cláusula Décima Primeira – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 – A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderão ser cancelados de pleno direito nas seguintes situações:

11.1.1 - Pelo ÓRGÃO GERENCIADOR quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

11.1.1.1 - O Fornecedor detentor do preço registrado não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

11.1.1.2 - O Fornecedor não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

11.1.1.3 - Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços decorrente do Registro de Preços;

11.1.1.4 - Os preços registrados apresentarem-se superiores aos praticados no mercado;

11.1.2 - Pelo FORNECEDOR:

11.1.2.1 - Mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do Instrumento Convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das penalidades previstas no Instrumento Convocatório, nesta Ata, bem como de ressarcimento ao Município de Pedra Bonita por perdas e danos;

11.1.2.2 - Mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior.

11.2 - O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

Cláusula Décima Segunda – DO CONTROLE DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1 – O controle do SRP será realizado:

12.1.1 - pelos órgãos do sistema de controle interno e externo, na forma da lei;

12.1.2 – pelo cidadão e pelas pessoas jurídicas, legalmente representadas, mediante petição fundamentada dirigida ao gerenciador do SRP, e, quando for o caso, aos titulares dos órgãos carona; e

12.1.3 – por fornecedores de bens e prestadores de serviços que desejam, por quaisquer razões, impugnar a Ata.

12.2 – Caberá ao órgão gerenciador e aos respectivos órgãos carona demonstrar a legalidade e regularidade dos atos que praticarem, na forma do art. 113 da lei Federal nº 8.666, de 1993.

12.3 – as denúncias, petições e impugnações anônimas, ou não identificadas ou fundamentadas, serão arquivadas pela autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

12.4 – O prazo para apreciação da petição e impugnação, regularmente identificada e fundamentada será de cinco dias úteis, a contar do recebimento.

Cláusula Décima Terceira – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

13.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência do Fornecedor, sujeitando-o às seguintes penalidades:

13.1.1 - Advertência por escrito sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

13.1.2 - Multa, observados os seguintes limites:

13.1.2.1 - de 0,3 % (três décimos por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

13.1.2.2 - de 20 % (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na entrega dos produtos constantes do instrumento desta Ata, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuíam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

13.1.3 - Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o Município de Pedra Bonita – MG.

13.1.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do fornecedor perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir ao Município de Pedra Bonita estado de Minas pelos prejuízos resultantes de ação ou omissão do mesmo.

13.2 - O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

13.3 - As sanções previstas nas cláusulas 13.1.1 a 13.1.3 poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa ao detentor do preço registrado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

13.4 - As multas e outras sanções administrativas só poderão ser relevadas motivadamente por conveniência administrativa, mediante ato devidamente justificado, expedido pela autoridade competente da Contratante.

13.4.1 - A critério do Município de Pedra Bonita poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do material for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

13.5 - A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93, poderá implicar a imediata rescisão unilateral desta Ata, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

13.5.1 - Ocorrida a rescisão pelo motivo retro citado, a Contratante poderá contratar o remanescente, mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº. 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e desde que mantidas as mesmas condições da primeira colocada, ou adotar outra medida legal para aquisição do objeto.

13.6 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual ou eventuais atrasos decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

Cláusula Décima Quarta - DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - A presente Ata de Registro de Preços somente terá eficácia depois de publicado o respectivo extrato.

14.2 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

14.3 - É vedado caucionar ou utilizar contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.4 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão (Presencial) nº. 0039/2016 e seus anexos, bem como as propostas das empresas < inserir o nome do 1º Fornecedor > e < inserir o nome do 2º Fornecedor >, apresentadas para a referida licitação.

14.5 - As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

02.01.04.122.0001.0089.339030- ficha-35
02.01.06.181.0001.2049.33.90.30 – Ficha – 40
02.01.06.181.0001.2.078.33.90.30 – Ficha - 45
02.03.26.782.0016.1018.33.90.30 - Ficha-181
02.06.01.12.361.0008.2007.33.90.30-ficha-283
02.06.03.12.361.0008.2013.33.90.30-ficha-328
02.06.04.12.361.0008.2059.33.90.30-ficha-361
02.08.01.10.301.0013.2074.33.90.30-ficha-416
02.08.01.10.301.0013.2074.33.90.30-ficha-418
02.08.02.10.305.0012.2055.33.90.30-ficha-512

14.6 - Fica eleito o Foro da Comarca de Pedra Bonita – MG para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por as partes estarem ajustadas e compromissadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS na presença das testemunhas abaixo assinadas.

xxxxxxxxxxxxx/MG, ____ de _____ de 2017.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

PREFEITO DO MUNICÍPIO

ÓRGÃO GERENCIADOR

1º FORNECEDOR:

2º FORNECEDOR:

TESTEMUNHAS:

1ª

CPF:

2ª

CPF:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA
CEP 35.364-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM
REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DE SER UMA ME OU EPP)**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0076/2017 / PREGÃO Nº 0039/2017

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade nº _____, inscrito no CPF sob o nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como _____ (incluir a condição da empresa: Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), de acordo com o art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei.

_____, _____, de _____ de 2017.

(Local e Data)

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa